

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 1ª Reunião Ordinária - 01/04/2016 – 9 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio A. Zampronio (S)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
PM – Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Sind. Rural de Mogi-Mirim	Enéas Rodrigues (S)
Coop. Holambra	Fernando Ruter (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
IZ – APTA	João J. A. de A. Demarchi (S)
SR de Rio Claro /Campinas/Salto e Ass. Vale Verde	João Primo Baraldi (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
Fund. José P. de Oliveira – Mata Santa Genebra	Lais S. de Assis (T)
PUC–Campinas	Luiza Ishiawa Ferreira (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
DAE S/A – Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
Afocapi/Coplacana/ Sind. Rural de Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
IAC–APTA	Rinaldo Oliveira Calheiros (T)
SR de Bragança Paulista	Rodrigo Colicigno Ribeiro (S)

Membros Ausentes com justificativa	
Entidade	Representante
Sind. Rural de Itu	Alexandra M. V. Martins (T)

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	
Cristiano Krepsky – FJPO – Mata Santa Genebra (S)	
Denise Dedini – CETESB (T)	
Isabella Clereci de Maria – IAC/APTA (T)	
Jerry Willians de Moraes – CIESP –SBO (S)	

Convidados	
Entidade	Representante
iX Estudos e Projetos	André de Castro e Silva
iX Estudos e Projetos	Bárbara Karolina Flauzino
iX Estudos e Projetos	Marlene N. Ribeiro
Irrigart	Marina Peres Barbosa
Agência PCJ	Kátia R. G. Piccin
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz
Agência PCJ	Maria Eugenia Martins
Agência PCJ	Patrícia G. A. Barufaldi
Agência PCJ	Sergio Razera
Agência PCJ	Andréa P. P. Tauci

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 23 de março de 2016. **2. Abertura da reunião:** Sr.^a Kátia R. G. Piccin, Coordenadora de Gestão da Agência PCJ abriu a reunião situando o tema da Política de Mananciais dos Comitês sob a coordenação da Agência e das Câmaras Técnicas, e que após um longo trabalho conjunto das duas câmaras técnicas na construção da política e da criação do GT-Mananciais para atender a essas demandas. Agradeceu ao Sr. João Demarchi pelo espaço cedido no IZ e passou a palavra aos coordenadores das Câmaras Técnicas Rural de Recursos Naturais. O Sr. Baraldi destacou a importância da Política de Mananciais e agradeceu a presença de todos e pediu para os membros da CT-Rural se apresentarem. A sr.^a Cláudia também destacou a importância da Política e dos trabalhos do GT-Mananciais, agradeceu à Agência. Os membros da CT- RN se apresentaram. A Sr.^a Kátia informou aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião. **3. Apresentação dos membros do GT-Mananciais:** Todos os presentes membros das duas CTs, os membros do GT-Mananciais se apresentaram para se conhecerem, e a Sr.^a Kátia solicitou que outros se apresentassem como os profissionais da gerenciadora denominada iX–Estudos e Projetos e demais participantes como os funcionários da Agência PCJ e da gerenciadora Irrigart. **4. Objetivos da Política de Mananciais PCJ:** O Sr. Sergio colocou que até 2012 os projetos eram de demanda espontânea e pouco foi realizado na área ambiental. Com a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 1ª Reunião Ordinária - 01/04/2016 – 9 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa

demanda induzida a Agência licita e contrata os projetos, e é a Política de Mananciais que definirá esses projetos, e também com o GT-Mananciais será organizado o fluxo de projetos e execução. Comentou também que o Plano Diretor Florestal ainda está em processo de atualização, e, portanto, é a Política que direcionará as ações até ele ficar pronto e definir as prioridades. Há demanda por áreas, mas como atender se não há projetos? Coloca também que daqui a dois a três anos o fluxo estará funcionando e atendendo à demanda. **5. Definição e organização das atividades:** A Sr.ª Kátia entrega uma cópia da lista de contatos de todos para os presentes, solicita se há alguma correção e continua a apresentação com os objetivos da Política e os objetivos da reunião: apresentação dos membros; estruturação do GT; agenda das reuniões; nomear um secretário para escrever atas e marcar as reuniões, pois a 1ª, a de hoje será a Agência. **5.1. Responsabilidades do GT-Mananciais (Atas e listas de presenças – secretariado)** O GT-Mananciais foi estruturado da seguinte forma, após a manifestação de interesse do sr. João Baraldi pela coordenação e aprovação dos presentes: Coordenador do GT – Sr. João Primo Baraldi; Coordenador Adjunto – Sr. Henrique Bellinaso; Secretário – Sr. João José A. de A. Demarchi. **5.2. Metodologia de trabalho do GT-Mananciais:** O Sr. Rinaldo questiona como seria a anuência do proprietário e exemplifica o caso de Holambra. A Sr.ª Kátia explica que será obtida durante o processo de confecção do PIP – Plano Integral da Propriedade, e o termo de anuência deverá ser assinado até o final do processo. Sr. Baraldi complementa que é preciso saber como chegar ao produtor para convencê-lo. A Sr.ª Maria Eugenia lembrou-se do aprendizado junto ao projeto Holambra Fase – I, e para os próximos será feito de forma diferente e exemplifica com o projeto de Analândia, onde há uma fase preliminar onde há o contato com o produtor rural e início das conversações sobre a necessidade das áreas florestais. A Sr.ª Carolina enfatiza a importância do Termo de Anuência como pré-requisito para ações lograrem sucesso. O Sr. Sergio coloca que sendo uma área isolada o proprietário vem até a Agência e coloca no banco de áreas; mas se se tratar de um projeto de PSA deverá haver a anuência, como a manifestação do proprietário de determinada sub-bacia. Essas duas situações estão bem claras na Política de Mananciais PCJ. A Sr.ª Kátia e Sr. Sergio colocam os diferentes papéis das instâncias sendo do município como a Mata Atlântica, o PSA, e do estado e do Plano de Bacias com as APRMs. O Sr. Dirceu destacou dois pontos importantes: o papel dos sindicatos junto aos proprietários e a organização dos projetos para os trâmites, sugerindo um *check-list* sobre o que é preciso constar no

projeto. O Sr. Henrique coloca que o GT é em parte para atender ao proprietário, no mérito das questões. O GT e a Agência e não as Câmaras, e é o GT que fará essa análise. A Sr.ª Kátia explica que pelo fluxograma dos trâmites o projeto que não servir será devolvido ou adequado. O Sr. Baraldi lembra que a partir de agora o projeto deverá vir completo e também há mais parceiros envolvidos como sindicatos e prefeituras. A Sr.ª Kátia coloca a legislação orientando os trâmites como a Resolução 32/2014. Uma Unidade de Gerenciamento de Projetos também deverá proceder dentro do arcabouço legal. A Sr.ª Cláudia retorna à anuência, lembrando que projetos de demanda espontânea deverão ter anuência e quanto aos de demanda induzida, caberá à Agência proceder às ações necessárias. O Sr. Demarchi lembra a reunião do dia 15 de dezembro e a sinergia entre as duas Câmaras técnicas valorizando a integração do rural e do urbano. Coloca que um projeto de PSA é um conjunto de pessoas e de instituições. Retoma a dúvida do Sr. Rinaldo quanto à anuência e coloca que na própria Política há a solução, pois, ações de pré e pró PSA resolveriam o problema da anuência. Destacou a importância de uniformizar as informações e o entendimento da Política mediante uma capacitação dos membros, e também uma postura pró ativa para fomentar a Política. Deve-se verificar o que está sendo feito entre os diferentes atores como prefeituras, GAEMA, Agência, etc. O Sr. Rinaldo renova a preocupação com a anuência do proprietário e exemplifica o projeto Holambra, onde os produtores não o conheciam. O Sr. Baraldi citou o exemplo do município de Castelo - ES onde 90% dos proprietários aceitaram cercar as suas nascentes, e receberam um hectare de pupunha implantado pela prefeitura. Todos os atores devem participar. Os Srs. Demarchi e Sergio colocaram a necessidade de um Manual, um passo a passo constando a atividade em nome das duas câmaras técnicas: Fomentar a Política. Mesmo que um agricultor possa ir até a Agência e cadastrar a sua área por ouvir falar, ou alguma campanha, essa propriedade isolada teria menor prioridade que um conjunto de propriedades. A forma de gestão de acompanhamento dos projetos também foi lembrada e o Sr. Sergio colocou que é preciso saber o que está sendo feito e depois levar as informações às CTs que também precisam ser informadas das próximas reuniões. Também arranjos locais para o acompanhamento como a UGP de Jaguariúna que é composta por entidades tais como Embrapa, Agência PCJ, Ambev e TNC. Também foram lembradas as diversas fontes de recursos, e exemplificou um TAC do SEMAE de Piracicaba, onde o GAEMA permitiu o uso do recurso da multa em perdas, um Laboratório na UNESP, da Professora

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 1ª Reunião Ordinária - 01/04/2016 – 9 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa

Janira e o reflorestamento. O órgão optou pelas perdas, porém o GAEMA não permitiu que fossem os 100% dos recursos. Em relação ao arranjo local o Sr. Rinaldo questiona o papel dos sindicatos, pois a prefeitura seria primordial, a CATI entraria com o conhecimento, mas qual seria o papel do sindicato, pois este poderia não estar articulado e poderia não ajudar. O Sr. Dirceu argumenta que se o sindicato tiver um respaldo técnico, como também na prefeitura, poderá dar certo. Tanto prefeitura como sindicato tem seu papel político e se tiverem um respaldo técnico também poderão ajudar. Sr. Denis concorda com o Sr. Dirceu e coloca que não se pode restringir, pois em cada município haverá quem deseja e quem não deseja ajudar. Exemplificou com a experiência do CAR onde a Regional de Piracicaba da CATI procurou os contabilistas além dos sindicatos e conseguiram alta adesão ao CAR. Sr. Sergio concordou que todos que puderem ajudar como prefeituras, ONGs, etc. devem ser chamados. A Sr.^a Carolina colocou que a estrutura da UGP com os atores locais seria interessante. A Sr.^a Kátia retorna à pauta e trata da metodologia de trabalho e fala do manual, e sugere que a Agência poderia fazer uma minuta e exemplifica uma minuta da UGP foi feita com base no regimento interno da UGP de Jaguariúna. Também colocou que um grupo dentro do GT-Mananciais poderia fazer junto a Agência, ou ainda, a Agência faz a minuta e encaminha ao GT-Mananciais. O Sr. Dirceu concorda dessa forma.

5.3. Periodicidade das reuniões (agenda): A periodicidade das reuniões ficou decidida em uma vez por mês no início, e por enquanto será em local fixo no Instituto de Zootecnia de Nova Odessa. A próxima reunião ficou agendada para 20 de maio (sexta-feira) às 9 horas. A Sr.^a Kátia e o Sr. Henrique manifestaram preocupação em relação à periodicidade das reuniões, pois as reuniões das câmaras técnicas têm periodicidades diferentes, sendo a CT-Rural mensal e a CT-RN, bimensal. Isso pode refletir nos trâmites, pois os projetos passam primeiro pela avaliação de mérito nas duas câmaras técnicas. O sincronismo será verificado ao longo dos trabalhos e poderão ser agendadas reuniões extraordinárias se forem necessárias.

6. Definição da metodologia de divulgação da Política para fins de cadastramento de projetos e áreas: Sobre a divulgação da Política o Sr. Sergio coloca que por ser um processo de aprendizado para todos seria interessante não fazer algo muito ostensivo no início, e procurar projetos por microbacia. E gostaria de chegar a ter um Banco de PIPs para ir atendendo à demanda. Se for um projeto isolado dará mais trabalho um contrato para cada área. Solicita uma divulgação mais contida. A Sr.^a Kátia sugere que cada município verificasse onde investir o PAP. O Sr. Henrique questiona o

que divulgar, ou cadastrar as áreas sem prometer nada e sim colocar a possibilidade. O Sr. Sergio coloca que alguns já têm essa informação, mas é preciso conhecer o que já se tem, o que já está sendo feito. É preciso coletar informações e definir as prioridades. O Sr. Ruiter questiona se é esperada uma enxurrada de solicitações devido ao PRA e como atender essa demanda; e, a resposta do Sr. Sergio é positiva, e é a política que vai orientar. A Sr.^a Maria Eugenia coloca que um seminário poderia agregar os atores envolvidos, nos moldes do seminário realizado sobre as áreas de conservação na RMC, onde o tema foi discutido e houve espaço para os municípios mostrarem o que estavam fazendo no tema. A Sr.^a Kátia coloca que como realizado pela CT-Indústria um workshop para divulgação para todos os coordenadores das outras câmaras técnicas dos Comitês PCJ. O Sr. Sergio coloca que um workshop seria melhor mais tarde.

7. Lembrar quais são os procedimentos operacionais para protocolo das propostas (anexo II da Política): Sr.^a Kátia relembra o fluxo da Política e os trâmites necessários e Sr.^a Patrícia reforça os cuidados na análise de méritos pelas Câmaras Técnicas.

8. Apresentação do sistema de cadastramento dos projetos e áreas desenvolvido pela iX-Estudos e Projetos – Gerenciadora Florestal: A Sr.^a Kátia retorna à pauta e apresenta as engenheiras Bárbara e Marlene da gerenciadora iX-Estudos e Projetos para a apresentação da ferramenta de cadastramento de áreas e projetos da política. Essa ferramenta tem caráter transitório até o LUISA ficar pronto. As Sr.^{as} Bárbara e Marlene apresentam a ferramenta e surgem as considerações. O Sr. Denis comenta sobre as APAs, que são consideradas na ferramenta dentro das áreas de conservação, mas devem ser mais bem destacadas. O Sr. Ruiter pergunta sobre como identificar uma pessoa jurídica e é explicado que na área do CPF há a opção para CNPJ. A Sr.^a Cláudia solicita que seja melhor explicado, com mais opções em relação aos Termos de ajustamento de Conduta – TACs. Sr.^a Kátia explicou que pelo fluxo é possível direcionar o destino do Projeto. Cadastra-se o projeto até terminar e depois se não for possível realizá-lo justifica-se. Foi discutido o tamanho das sub-bacias, se macro ou microbacias. Na ferramenta estão as sete sub-bacias do Plano de Bacias e a Sr.^a Cláudia lembrou que no Plano Diretor Florestal são as áreas de contribuição – AC do Plano de Bacias PCJ que são consideradas e deveriam ser consideradas também na ferramenta. A Sr.^a Maria Eugenia comentou que os projetos também podem ser pensados nas sub-bacias municipais como consta nos Planos Municipais de Recursos Hídricos, porém, foi lembrado que poucos municípios possuem esse plano. O Sr. Rinaldo questionou sobre os relatórios a serem gerados

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 1ª Reunião Ordinária - 01/04/2016 – 9 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa

pela ferramenta e que serão disponibilizados conforme os critérios e informações desejadas. A Sr.^a Kátia também comentou no site da Agência haverá um espaço para a divulgação das áreas e dos projetos com o máximo de informação possível. O Sr. Marcos questionou sobre as coordenadas geográficas que serão em UTM e poderá haver um conversor e já disponibilizar em graus e minutos. O Sr. Magossi lembra a necessidade de se padronizar a entrada dos projetos. Sr. Henrique questiona sobre o tipo de divulgação a ser colocada e a Sr.^a Kátia explica que haverá um link para a localização da informação. O Sr. Sérgio complementa que a Agência PCJ está trabalhando para ampliar a capacidade da informática para atender ao LUISA. O Sr. Denis pergunta o que o proprietário leva após cadastrar sua área na ferramenta e a Sr.^a Kátia explica que será o respectivo protocolo e um relatório com as informações que foram colocadas. O sr. Demarchi questiona se haverá um tutorial e a resposta é afirmativa. Foi questionado quem fará o controle do banco de dados e a resposta é a Agência PCJ. O Sr. Rinaldo pergunta se haverá escolha das áreas e a resposta é afirmativa. Sr.^a Cláudia questiona se há a informação do número de árvores, e a resposta é negativa, porém há um local onde é possível colocar as observações e essa informação também poderia ser colocada. O Sr. Rinaldo perguntou do papel da gerenciadora e a Sr.^a Kátia respondeu que a iX-Estudos e Projetos presta serviços à Agência, mas que a responsabilidade continua da Agência. O Sr. Demarchi qual seria o elo físico de comunicação e a Sr.^a Kátia responde que é a Agência. O Sr. Henrique solicita uma simulação seguindo o fluxograma e para aprendizado da ferramenta. A Sr.^a Carolina questiona quando poderá cadastrar usando a ferramenta, e a resposta é assim que estiver pronto, retirando as dúvidas e colocando as considerações realizadas. **9. Outros assuntos:** Não houve. **10. Encerramento:** Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, foi dada por encerrada a reunião. Essa primeira reunião foi agendada pela Agência das Bacias PCJ e por isso é a responsável pela ATA e pela lista de presença.

Kátia Rossi Gotardi Piccin
Coordenador (a) de Gestão da Agência PCJ

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais